

MDB propõe Constituinte para chegar à democracia

Brasília — Em reunião de três horas, 223 delegados do MDB aprovaram ontem, por aclamação, na Convenção Nacional, um documento no qual afirmam que, "para o Brasil e os brasileiros, a democracia é o nome político da paz, e a Assembleia Nacional Constituinte é o único fórum capaz de escrevê-lo".

Além do documento, de 100 linhas, a Convenção aprovou um roteiro para a Caravana Nacional pela Constituinte, cuja campanha será instalada no dia 20, e percorrerá até o fim do ano, pelo menos, três grandes capitais. Terminado o encontro, o presidente do MDB, Deputado Ulisses Guimarães, percorreu os 50 metros que separam o Auditório Nereu Ramos de seu gabinete, comentando "o grande êxito da Convenção".

Elogiou o "clima elevado e de entendimento" em que se desenvolveram os trabalhos e disse que dará continuidade imediatamente às decisões da Convenção Nacional do seu Partido, começando por remeter o documento aprovado ontem a todas as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais: "E só isso já será um trabalho gigantesco", comentou.

"O MDB dirige-se à nação para dar-lhe conhecimento das razões que o levaram, em Convenção Nacional, a conchamar o povo brasileiro para participar de um amplo e patriótico movimento em prol da convocação de uma Assembleia Constituinte.

Treze anos de Governo de exceção deformaram nossas instituições jurídicas. A nação está submetida ao arbítrio. A consequência é o caos institucional; o Poder político perdeu em legitimidade e a ordem econômica hipertrofiada degenerou-se na inflação. O endividamento externo compromete nossa soberania; persiste uma das mais cruéis concentrações de renda que o mundo reprovava e a ordem social injusta apresenta aspectos de desumana desigualdade, com crescentes e alarmantes índices de pobreza, doença e mortalidade. Mais sombria é a conjuntura já condenada pela vocação legalista de nossa gente na síntese de Pontes de Miranda de que na "Constituição de 1967 há mais subversividade do que revolucionariedade."

O Estado de tal forma se divorciou da nação, que esta, angustiada e oprimida, clama numa só voz para que lhe devolvam os instrumentos de sua segurança, estabilidade, harmonia e desenvolvimento.

O Governo não pode continuar surdo e contra 80 por cento da população que clamam por liberdade e democracia, conforme o testemunho insuspeito de recente pesquisa de opinião pública.

O Governo, ao mesmo tempo que se autopromove e se julga certo e infalível, julga errados e condena o MDB, os juristas, a imprensa, a Igreja, os estudantes, os trabalhadores, as donas-de-casa, o empresariado, os esportistas, a sociedade enfim, que através de manifestações inequívocas, reiteradas e ostensivas quer substituir a tutela pela participação, o AI-5 pelo império da lei e a oligarquia do voto indireto pela democracia do sufrágio pessoal, universal e secreto.

A ordem material, quando não tem a assegurá-la a norma jurídica e democrática, gera o imobilismo, os privilégios, a corrupção e a alienação. Acrescenta-se a frustração da dignidade cívica, que reduz o cidadão livre a um robô despersonalizado e transforma o povo, de sujeito, em objeto do Estado.

As revoluções que só se sustentam na força e na repressão erigem a segurança do Estado como fim supremo e último da organização política. Eis uma concepção totalitária do Poder. Os valores eternos e insubstituíveis da liberdade, da justiça e dos direitos do homem não podem ser eliminados pelo Estado. A nação é mais forte do que os Governos que querem oprimi-la.

Quando na vida de um povo esse estágio de deterioração se verifica, quando se invertem as hierarquias e prioridades, quando é evidente a quebra de todos os laços que legitimam o pacto social, urge romper o impasse institucional, dentro da ordem e para assegurar a paz, apelando para as razões históricas da nação, para as inspirações de sua tradição jurídica e para suas virtudes inatas de cordialidade e conciliação. Só assim a marcha para o progresso e a civilização será feita sem traumatismos, sem desvios e sem procrastinações, que são imperdoáveis concessões e cumplicidade com o subdesenvolvimento. São inaceitáveis, tanto a repressão violenta que humilha e degrada, como a vingança da desforra ou a anarquia irresponsável da permissividade, sem mecanismos de defesa do Estado.

A representação nacional, emanada livre da vontade do povo, enunciada nas urnas, sendo a mais alta expressão de seu poder soberano, é o meio legítimo e natural para, através do consenso, dirimir os conflitos, corrigir as injustiças, eliminar confrontos e encontrar os pontos de convergência para a definição de novos rumos.

O Brasil, reconciliado e for-

talecido, sem vitoriosos arrogantes e prepotentes, nem vencidos e punidos até na família, precisa reencontrar-se com os objetivos permanentes da pátria. É a Constituinte. A Constituinte é a voz da nação que há de ser ouvida. É a presença da nação que não pode continuar ignorada.

Dividido contra si mesmo, o Brasil perecerá na violência ou se degradará sob os horrores de uma ditadura, alternativa que cumpre evitar com a restauração do Poder democrático. Tanto mais urgente se faz tal reabilitação, quanto é certo que, com as atuais estruturas de Poder, o país se tornou ingovernável.

Do nefasto e longo arrolamento de desacertos e agressões ao estado de direito ocorridos no Brasil, rememorem-se os mais recentes:

— A Lei Eleitoral não pode ser desmoralizada em expedientes de continuismo, para a calamitosa imposição de governadores e senadores;

— fechar o Congresso, ainda que temporariamente, é afronta ao povo do qual é seu legítimo representante;

— A Imprensa, o rádio e a televisão não pertencem ao Governo, mas à Nação, para ser esclarecida e não iludida;

— A Oposição não pode ser proscrita do direito de pelas urnas ser Governo, ser combatida como inimiga, nem expulsa dos meios de comunicação para que não exerça seu ofício de fiscalizar, criticar e denunciar;

— O salário é a sobrevivência do trabalhador, insuscetível de ser confiscado, inclusive pela adulteração de índices de custo de vida, como espantosamente vem de ser revelado;

— O endividamento e a descapitalização corroem a vitalidade das nossas empresas, e o processo de desnacionalização da nossa indústria se acentua, contra o protesto quase diário do empresariado brasileiro;

— A criminoso gestão de instituições financeiras não pode permanecer durante anos

imune à fiscalização, para que a ação governamental, quando afinal surja, seja para a sangria de bilhões de cruzeiros, pagos por um povo sem poupança e sem salário;

— O ônus do combate à inflação e da dinâmica do desenvolvimento não pode recair opressivamente sobre as classes média e obreira, enquanto se estratifica a concentração de riqueza, acumulam-se os privilégios e a impunidade tributária premia o consumo supérfluo ou suntuário.

A Assembleia Nacional Constituinte é a solução global e não casuística, imposta pela lógica política, pela coerência, pela integração dos ideais e dos interesses de todos na nação e no Estado, que pertencem a todos e não a privilegiados.

A anistia é o esquecimento, cobrindo o passado e o presente, é o estuário cristão da reconciliação, para que os brasileiros deixem de lutar entre si e se irmanem no objetivo de salvar o país da inércia, do pauperismo, da doença e do analfabetismo, pois só assim vencerão o desafio da presente geração.

O Movimento Democrático Brasileiro prega uma Constituinte abrangente e não discriminatória. Não admitirá que se degrade em foco de subversão ou de intranquilidade, que se negue degenerando-se em mensageira do ódio ou esclerosada no saudosismo.

A oposição é a institucionalização do debate, pois vive da controvérsia. Para ele tem o limite de suas normas programáticas, sem desfigurar-se perante a opinião pública.

Chegou a hora da paz.

Paz na lei, paz com liberdade, paz com justiça social, paz a favor do homem, não destruidora do homem.

Para o Brasil e os brasileiros, democracia é o nome político da paz e a Assembleia Nacional Constituinte é o único Fórum capaz de escrevê-lo."

Leia editorial
"Olho nas Urnas"